

BIÊNIO – janeiro de 2025 / janeiro de 2027

Lúcio Dutra Vale

Conselheiro/Presidente

Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Conselheiro/Vice-Presidente

Sebastião Cezar Leão Colares

Conselheiro/Corregedor

Mara Lúcia Barbalho da Cruz

Conselheira/Ouvidora

Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Conselheiro/Diretor Geral da Escola de Contas
Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”

Ann Clélia de Barros Pontes

Conselheira/Presidente da Câmara Especial

José Carlos Araújo

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

CONSELHEIROS(AS) SUBSTITUTOS(AS):

José Alexandre da Cunha Pessoa

Sérgio Franco Dantas

Adriana Cristina Dias Oliveira

Márcia Tereza Assis da Costa

SOBRE O TCMPA

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

MISSÃO

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

VISÃO

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

VALORES

“Agir conforme as normas princípios, no sentido de conduzir as ações e atitudes a uma escolha justa, legal e moral.”

REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;
Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;
Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

CONTATO/DOE TCMPA

Secretaria-Geral: (91) 3210-7813
suporte.doe@tcm.pa.gov.br
Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055
Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

Prestação de contas de 2023 da Prefeitura de Curuá recebe parecer do TCMPA contrário à sua aprovação pela Câmara Municipal

O Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) homologou voto do conselheiro Daniel Lavareda e emitiu parecer prévio recomendando que a Câmara de Vereadores não aprobe a prestação de contas de 2023 da Prefeitura Municipal de Curuá, de responsabilidade de Givanildo Picanço Marinho, devido a irregularidades como o fato de o Poder Executivo ter realizado despesas com pessoal, no exercício financeiro de 2021, em 69,72% da Receita Corrente Líquida (RCL), ultrapassando o limite de 54%, se enquadrando no regime extraordinário de redução de gastos previsto na Lei Complementar 178/2021, não tendo, entretanto, eliminado este excesso a partir de 2023. Consta também como irregularidade o fato de que, no panorama geral, os gastos com pessoal do Município terem atingido o montante de R\$ 40.653.947,01, correspondente a 77,53% da RCL, descumprindo o limite máximo de 60,00% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Tribunal apontou ainda outras irregularidades como a Lei municipal nº 383/2022, tendo em vista que não observa o princípio da anterioridade, em violação ao art. 7º da Instrução Normativa nº 02/2022 do TCM/PA; além dos pagamentos efetuados sob o seu fundamento, culminando na vigência da Lei Municipal nº 367/2020, que fixou o subsídio dos secretários municipais no montante de R\$ 3.000,00.

Outra irregularidade é a instituição de gratificação pelo exercício da função de secretário municipal, prevista no art. 4º da Lei municipal nº 383/2022, diante da burla à regra constitucional da remuneração dos agentes políticos municipais via subsídio em parcela única, prevista no art. 39, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

O relatório da 5ª Controladoria cita ainda impropriedades nos excessos das remunerações pagas a Francimare Sampaio de Ramos Marinho e a Marinaldo de Siqueira dos Santos, em violação aos termos da Lei nº 367/2020. Tais falhas são objeto de julgamento nos processos de prestação de contas anuais, respectivamente, do Fundo de Assistência Social de Curuá e da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Curuá, referentes ao exercício de 2023.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - No que diz respeito ao índice de transparência pública, após duas rodadas de avaliação do Portal da Transparência Pública da Prefeitura de Curuá, e de ter sido assegurado o contraditório e ampla defesa ao gestor, o Tribunal concluiu que, embora o Município tenha atingido o percentual de 79,21%, classificado com o conceito BOM, não foram cumpridas integralmente as obrigações contidas na Matriz Única da Transparência Pública Municipal.

Pelas irregularidades e impropriedades apontadas, o gestor foi multado em um total de R\$ 11.042,99 (2.300 UPF-PA). Os autos serão enviados para julgamento pela Câmara Municipal de Curuá.

LEIA MAIS...



NESTA EDIÇÃO

DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL

➤ **TERMO DE POSSE** **02**

DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP

➤ **NOTIFICAÇÃO** **03**

DO GABINETE DE CONSELHEIRO

➤ **DECISÃO MONOCRÁTICA** **03**

DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

➤ **NOTIFICAÇÃO** **05**

CONTROLADORIAS DE CONTROLE EXTERNO – CCE

➤ **NOTIFICAÇÃO** **07**



<https://www.tcmpa.tc.br/>



↩ Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL

TERMO DE POSSE

DIRETOR GERAL DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

TERMO DE POSSE Nº 91



Termo de posse do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**, Diretor Geral da Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”. Aos **vinte e oito (28) dias do mês de janeiro de dois mil e**

vinte e cinco (2025), às **dez (10) horas**, na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sito à Travessa Magno de Araújo, nº 474, na cidade de Belém, no Estado do Pará, tendo a indicação pelo presidente, e homologado pelo pleno, em vinte e oito (28) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), dentre os Conselheiros, no cargo de **Diretor Geral da Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”**, nos termos do inciso seis (VI) do artigo quinze (15) combinado com o inciso três "A" (III-A) do artigo segundo (2º) e o inciso dez (X) do artigo treze (13) da Lei Orgânica desta Corte de Contas, para o mandato correspondente de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025) a janeiro de dois mil e vinte e sete (2027). O Excelentíssimo Senhor Conselheiro **ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**, tomou posse e entrou no exercício do referido cargo, em Sessão Ordinária, tendo proferido na ocasião, o seguinte compromisso de posse: **“Comprometo-me desempenhar bem e fielmente os deveres do cargo de Diretor Geral da Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”, cumprindo e fazendo cumprir as Constituições e as Leis da República e do Estado”**. Em atendimento às disposições legais e Regimentais, apresentou declaração de bens. E, para constar, eu Jorge Antonio Cajango Pereira, Secretário-Geral desta Corte, lavrei o presente termo, que vai assinado pelo Conselheiro que presidiu a Sessão e pela empossada.

PRESIDENTE DA CÂMARA ESPECIAL

TERMO DE POSSE Nº 92



Termo de posse da Excelentíssima senhora Conselheira **ANN CLÉLIA DE BARROS PONTES**, Presidente da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Aos **vinte e oito (28) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025)**, às **dez (10) horas**, na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sito à Travessa Magno de Araújo, nº 474, na cidade de Belém, no Estado do Pará, tendo em vista a indicação do Presidente, e homologação pelo Pleno, para **Presidente da Câmara Especial**, realizada em **Sessão Plenária Ordinária 04º de 2025**, em vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), nos termos do **§ 4º, Artigo nº 70, do Regimento Interno deste Tribunal**, para o mandato correspondente de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025) a janeiro de dois mil e vinte e sete (2027). A Excelentíssima Senhora Conselheira **ANN CLÉLIA DE BARROS PONTES**, tomou posse e entrou no exercício do referido cargo, em **Sessão Ordinária**, tendo proferido na ocasião, o seguinte compromisso de posse: **“Comprometo-me Desempenhar bem e fielmente os deveres do respectivo cargo de Presidente da Câmara Especial, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis da República e do Estado”**. Em atendimento às disposições legais e Regimentais, apresentou declaração de bens. E, para constar, eu **Jorge Antonio Cajango Pereira**, Secretário-Geral desta Corte, lavrei o presente termo, que vai assinado pelo Conselheiro que presidiu a Sessão e pela empossada.



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ESPECIAL**TERMO DE POSSE Nº 93**

Termo de posse do Excelentíssimo senhor Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, Vice-Presidente da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Aos **vinte e oito (28) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025)**, às **dez (10) horas**, na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sito à Travessa Magno de Araújo, nº 474, na cidade de Belém, no Estado do Pará, tendo em vista a indicação do Presidente, e homologação pelo Pleno, para **Vice-Presidente da Câmara Especial**, realizada em **Sessão Plenária Ordinária 04ª de 2025**, em vinte e oito (28) de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), nos termos do **§ 4º, Artigo nº 70, do Regimento Interno deste Tribunal**, para o mandato correspondente de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025) a janeiro de dois mil e vinte e sete (2027). O Excelentíssimo Senhor Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, tomou posse e entrou no exercício do referido cargo, em **Sessão Ordinária**, tendo proferido na ocasião, o seguinte compromisso de posse: **"Comprometo-me bem e fielmente os deveres do respectivo cargo de Vice-Presidente da Câmara Especial, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis da República e do Estado"**. Em atendimento às disposições legais e Regimentais, apresentou declaração de bens. E, para constar, eu **Jorge Antonio Cajango Pereira**, Secretário-Geral desta Corte, lavrei o presente termo, que vai assinado pelo Conselheiro que presidiu a Sessão e pela empossado.

DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP**NOTIFICAÇÃO****CONS. LÚCIO VALE****EDITAL Nº 001/2025****PROCESSO Nº:** 1.011297.2019.2.0005 (P.C.: 011297.2019.2.000)**ACÓRDÃO Nº:** 45.800**ADVOGADO:** Danilo Victor da Silva Bezerra (OAB/PA Nº 21.764)**REGULARIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), por meio de seu Presidente, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o artigo 79, §4º, da Lei nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), torna público o presente Edital de Notificação.

Fica notificado o senhor **Paulo Ronaldo Rodrigues de Souza**, ordenador do **Fundo Municipal de Saúde do município de Bagre**, no exercício de 2019, para que, no **prazo improrrogável de 10 dez) dias**, contados da **última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado**, proceda à **juntada aos autos** da competente **PROCURAÇÃO LEGAL** outorgada ao advogado **Danilo Victor da Silva Bezerra (OAB/PA Nº 21.764)**, constituído como seu representante legal no âmbito do presente processo recursal.

O não atendimento a esta solicitação no prazo estipulado acarretará a inadmissibilidade do recurso interposto, nos termos da legislação vigente. E, para que chegue ao conhecimento do interessado e não se alegue desconhecimento, publica-se o presente edital, o qual será afixado no local de costume e divulgado por 03 (três) vezes no Diário Oficial do Estado, conforme determinação legal.

Belém, 28 de janeiro de 2025.

LÚCIO DUTRA VALE

Conselheiro/Presidente

DO GABINETE DE CONSELHEIRO**DECISÃO MONOCRÁTICA****CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO****ADMISSIBILIDADE DE PEDIDO DE REVISÃO****Processo nº:** 202000362-00**Município:** Medicilândia**Órgão:** Fundo Municipal de Educação**Exercício:** 2004**Responsável:** Edimel da Silva Almeida - CPF: 184.629.522-04**Relator:** Conselheiro José Carlos Araújo**Assunto:** Pedido de Revisão contra decisão objeto do Acórdão nº 31.675/TCM-PA, de 16/01/2018
<https://www.tcmpa.tc.br/>


← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

Versam os autos sobre Pedido de Revisão interposto em neste Tribunal em favor do Sr. Edimel da Silva Almeida, Ordenador do Fundo Municipal de Educação, cujo objeto visa reformar a decisão proferida pelo Acórdão nº 31.675-TCM/PA, publicado no Diário Oficial do Estado em 29/01/2018, findo o prazo de dois anos, em 29/01/2020, que negou aprovação às contas do FME, referente ao período de 01/05/04 a 31/12/04.

Após análise, verifica-se que a presente revisão foi apresentada por autoridade

legítima, dentro do prazo de dois anos (pedido protocolado em 28/01/2020), com qualificação adequada, formulação do pedido com clareza, bem como fundamentou-se em violação literal a dispositivo de lei, nos termos do art. 84, IV, da Lei Orgânica nº 109/16 cc/ art. 269, *caput*, do RITCM-PA. (vigente à época).

PEDIDO DE REVISÃO

Assim, considerando que foram preenchidos todos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 84, III, da Lei Complementar nº 109/2016, cc/ art. 629, IV, do Regimento Interno deste TCM, admito a presente revisão e determino a remessa dos autos à Secretaria Geral, para a devida publicação, e em seguida à 7ª Controladoria/TCM-PA, para manifestação.

Belém (PA), 19 de dezembro de 2024.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro – TCM/PA

CONS. MARA LÚCIA BARBALHO

DECISÃO MONOCRÁTICA – arquivamento demanda da ouvidoria Processo n.º: 1.042425.2024.2.0004 e 1.042402.2024.2.0003 Classe: Demanda da Ouvidoria Referência: Fundação Casa da Cultura de Marabá Demandante: Anônimo

Demandada: Wânia Cristina Gomes Ferreira – CPF nº 510.570.342-15 Relatora: Conselheira Mara Lúcia Exercício: 2024 Trata-se da Demanda de Ouvidoria nº 23112024001, protocolada por meio do canal da Ouvidoria e recebida pela 3ª Controladoria, sob alegação de que teria havido sobrepreço, seguido de superfaturamento no Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024, o qual teve por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa para aquisição de equipamentos permanentes para atender as necessidades da Fundação Casa da Cultura e suas extensões.

Alegou o Demandante, que os itens 2, (projeto multimídia) 3, (projeto multimídia) 4, (projeto de imagem) 5, (desumidificador) 6, (desumidificador) 7, (desumidificador) 9, (desumidificador) 10 (desumidificador) e 13 (climatizador) teriam apresentado preço mediano de mercado, inferior ao estimado pela Fundação, bem como que teriam sido adquiridos a valores acima do mercado, o que teria provocado, segundo o Demandante, um sobrepreço de, pelo menos, R\$ 88.865,32 (oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Buscando subsidiar os termos da demanda apresentada, foi realizada consulta ao Mural de Licitações deste TCM/PA, onde foi possível verificar o lançamento do Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024-CEL/FCCM.

Em atenção à demanda de Ouvidoria apresentada, este TCM/PA, através da 3ª Controladoria, enviou a Notificação nº 177/2024, dirigida à Sra. Wania Cristina Gomes Ferreira, Presidente da Fundação Casa da Cultura de Marabá, dando conhecimento acerca dos termos da demanda de Ouvidoria apresentada e da Informação Técnica nº 578/2024/3ªCONTROLADORIA/TCM, bem como para que prestasse informações.

Em resposta à Notificação encaminhada, foi remetida justificativa pela Presidente da Fundação Casa da Cultura de Marabá, autuada sob o nº 1.042402.2024.2.0003

Na supracitada resposta, a Presidente afirmou que o preço estimado leva em consideração a pesquisa de, no mínimo, duas fontes, quais sejam, painel de preços públicos, compras.gov ou Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) dos últimos 12 meses e Banco de Preços, por meio de consulta compreendida no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da divulgação do Edital, de acordo com o disposto no art. 58, III, do Decreto Municipal nº. 383/2021.

Aduziu também, que, a comissão de licitação, após a pesquisa de preços, teria atuado no sentido de encontrar a média de valores, somando os valores pesquisados e subtraindo pelo quantitativo de pesquisas.

Nesse sentido, afirmou que o produto encontrado seria exatamente o valor estimado e adotado como padrão para fins dos interessados licitantes formatarem suas propostas e se limitarem aos lances. Alega que os valores pesquisados seriam exatamente aqueles que se congelam nos sistemas (valores paradigmas), de modo a trazer facilidade à Administração Pública quanto à formatação dos valores a serem licitados.

Além disso, traz a lume que a Fundação Casa teria efetuado a pesquisa de preços em 06/08/2024 no banco do preço, e dia 03/08/2024 no painel de preços, enquanto que o Demandante teria efetuado a pesquisa somente em 26/11/2024, o que, segundo a ordenadora, retiraria o fundamento da demanda apresentada, tendo em vista que entende que a pesquisa deveria ser contemporânea às efetuadas pela Administração.

A Presidente afirmou, ainda, que o Demandante teria realizado uma pesquisa breve, sem apresentar a descrição do item que teria pesquisado, o que tornaria a pesquisa ineficaz para o fim ao qual se pretendeu provar.

Após análise dos argumentos apresentados e da documentação encaminhada pela Fundação Casa da Cultura de Marabá, verifica-se que a Fundação logrou êxito em justificar os preços estimados no Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024, tendo comprovado a cotação realizada no dia 06/08/2024, tendo tido diversas fontes, a exemplo do Banco Nacional de Compras, ComprasNet, Licitanet e Portal Nacional de Contratações Públicas.

A Presidente encaminhou, ainda, painel da pesquisa de preços dos itens licitados, relatório da pesquisa de preços e planilha de média. Além de todo o exposto, deve-se considerar que a pesquisa foi realizada pelo Demandante no dia 23/11/2024, portanto, mais de 03 (três) meses após a pesquisa realizada pela Fundação

Os documentos remetidos pelo Demandante à Ouvidoria não apresentam a especificação dos itens, não tendo como realizar a



<https://www.tcmpa.tc.br/>



Consultar via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

devida comparação, podendo se tratar de especificações diferentes das apresentadas no Pregão Eletrônico SRP nº 90007/2024

Diante de todo o exposto, tendo em vista que a Fundação Casa da Cultura de Marabá prestou os devidos esclarecimentos e comprovou a justificativa de preços, mediante o envio de documentos comprobatórios, a Demanda de Ouvidoria apresentada carece de fundamento, pelo que deve ser procedido o arquivamento nos moldes do que prescreve o art. 36, §2º da Resolução 11.759/2015/TCM-PA.

Belém - Pa, 27 de janeiro de 2025. **Conselheira Relatora Mara Lúcia Barbalho**

Protocolo: 50411

DECISÃO MONOCRÁTICA – arquivamento demanda da ouvidoria
Processo nº: 1.002001.2024.2.0018 (1.002001.2024.2.0030)
Classe: Demanda da Ouvidoria Referência: PM ACARÁ
Demandante: Anônimo Demandado: Pedro Paulo Gouveia
Moraes Relatora: Conselheira Mara Lúcia Exercício: 2024
Tratam os autos de atendimento à Notificação nº 86/24/3ª Controladoria/TCM, encaminhada pela 3ª Controladoria ao Sr. Pedro Paulo Gouvêa Moraes, Prefeito do Município de Acará, através do Ofício nº 381/2024/GP-PMA referente a Demanda de Ouvidoria nº 27062024007.

1. DO PEDIDO:

A Demanda de Ouvidoria nº 27062024007 apresentou alegação de irregularidades na realização da Concorrência Pública nº 90005/24 que possui o objeto: “contratação de obras e serviços de engenharia para reforma da UBS Guarumã”, com valor de referência de R\$84.330,59 (oitenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e nove centavos) no exercício de 2024.

Através da Informação nº 457/24/3ª Controladoria/TCM o responsável pela Prefeitura M. de Acará foi cientificado através da Notificação nº 86/24/3ª Controladoria/TCM, concedido prazo para conhecimento e esclarecimento, das alegações que pesam sobre aquele município.

Devidamente publicada, a Notificação no Diário Oficial Eletrônico desta Corte, na Edição nº 1805 no dia 01/10/2024, o prazo concedido para atendimento finalizou em 11/10/2024.

Encaminhada tempestivamente a defesa, em 10/10/24, via ETCMPA, através do Ofício 381/2024/GPPMA, em atenção a Notificação nº 86/2024/3ª Controladoria/TCM.

2. DA APRECIACÃO DA DEMANDA:

A fim de subsidiar a demanda, foi feita a leitura da defesa na qual o responsável afirmou que não houve intenções de recurso e nem impugnações ao edital por parte da denunciante, dessa forma foi realizado a verificação na ata da sessão de abertura e julgamento das propostas do referido processo licitatório devidamente incluída no Sistema GEO-OBRA, onde pode-se constatar que a denunciante não promoveu nenhum recurso contra as normas editalícias e as desclassificações que considerou irregulares quando aberto o prazo de intenção de recurso, esta conduta demonstra concordância com o resultado do certame, uma vez

que o direito à interposição decai pela falta de manifestação imediata e motivada na própria sessão, nos termos dos incisos XVIII e XX do art. 4º da Lei no 10.520/021 c/c art. 44 do Decreto nº 10.024/192 e Parágrafo 1º do art. 26 do Decreto no 5.450/053.

Dessa forma em consonância ao Acórdão nº 42.694/2023 em voto proferido pelo Conselheiro Relator Daniel Lavareda, o qual aduziu que questionar a regularidade somente quando da sua inabilitação, após ter anuído com o instrumento convocatório e declarado que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme previsto nas cláusulas do instrumento de convocação, demonstra uso indevido das instâncias de irresignação, guardando para momento inadequado as razões que alega possuir, já que o controle exercido pelos Tribunais de Contas deve ser apenas a terceira linha de defesa na busca pela regularidade dos atos de contratação pública conforme estabelece o inciso III do artigo 1694 da Lei nº 14.133/21.

Portanto, conforme o voto emitido pelo relator, naquela Decisão (Proc. nº 1.118001.2023.2.0003) não assiste razão ao demandante.

3. CONCLUSÃO

Isto posto, considerando que o interessado declinou da apresentação de recurso no momento oportuno, a 3ª Controladoria sugeriu o arquivamento da Demanda de Ouvidoria nº 27062024007.

Em razão do exposto alhures, a Demanda de Ouvidoria apresentada carece de fundamento, pelo que deve ser procedido o arquivamento nos moldes do que prescreve o art. 36, §2º da Resolução 11.759/2015/TCM-PA. Belém - Pa, 27 de janeiro de 2025. Conselheira Relatora Mara Lúcia Barbalho

Protocolo: 50412

DO GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

NOTIFICAÇÃO

CONS. SUBST. JOSÉ ALEXANDRE CUNHA

NOTIFICAÇÃO

**Nº 83/2024/CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCMPA
(Processo nº 202031231-00)**

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 29, II da LOTCM e arts. 75, I e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no art. 492, XV do RITCM, a Sra. Marirley Modesto de Souza, atual Presidente do Instituto de Previdência do Município de Tucumã, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as falhas indicada no Parecer n. 773/2024/NAP/TCM-PA, referente à Portaria n. 015/2020, que concedeu pensão por morte a Manoel Cardoso da Silva, viúvo da servidora Marilene Oliveira Cardoso:

- Encaminhar o ato de ingresso da servidora no serviço público no cargo efetivo, em razão de aprovação em concurso público ou por estabilidade prevista no ADCT, e os documentos atinentes à Função Gratificada, que deverão ser inseridos no Sistema de Atos



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

de Pessoal – SIAP/TCM-PA, a fim de suprir a omissão nos autos, nos termos da Resolução n. 18/2018/TCM-PA;

- Os dados preenchidos no SIAP/TCM-PA são incompatíveis com os documentos juntados, contendo documentação estranha aos autos a partir das fls. 30;
- Demonstrar a previsão legal de incorporação da Função Gratificada FGR-02 30%, bem como demonstrar via planilha de recebimento e cópias do processo que contemplou a servidora com essa remuneração.

Ressalta-se que o não atendimento à presente notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art 33 e art. 71, I da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância da Resolução Administrativa n. 18/2018/TCMPA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O prazo de resposta é contado a partir da última publicação, nos termos do art. 415, IV do RITCM-PA e art. 3º da IN nº 03/2016/TCMPA.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 11 de novembro de 2024.

JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA

Conselheiro Substituto/Relator

Protocolo: 50361

NOTIFICAÇÃO

Nº 92/2024/CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCMPA

(Processo nº 1.107001.2024.2.0021)

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no art. 675 do RITCM e na Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA, o Sr. Antônio dos Santos Calhau, atual Prefeito do Município de Abel Figueiredo para, no prazo de 15 (quinze) dias:

- Encaminhar o ato normativo de fixação de subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, para o período de 2025 a 2028, caso existente, em conjunto com os documentos previstos no art. 29 da Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA;
 - Se for o caso de existência de ato normativo já sancionado, manifestar-se sobre a inobservância do prazo de remessa do ato, o qual se encerrou em 5/11/2024, nos termos do art. 28 da Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA, considerando que o prazo limite para aprovação e publicação do ato foi em 5/10/2024, conforme art. 7º da Instrução Normativa nº 02/2022/TCM-PA.
- Ressalta-se que em 06/06/2024 foi emitido ALERTA pela Câmara Especial de Julgamento, divulgado no Diário Eletrônico deste Tribunal de Contas (DOE TCM-PA nº 1.725), o qual tratou dos prazos para exercício da competência legislativa de fixação dos subsídios para legislatura 2025 a 2028 e remessa eletrônica a este Tribunal.

O não atendimento desta notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art 33 e art. 71, I

da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância da Instrução Normativa n. 02/2022/TCMPA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios, nos termos do art. 415, IV do RITCM-PA e art. 3º da IN nº 03/2019/TCMPA.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 21 de novembro de 2024.

JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA

Conselheiro Substituto/Relator

Protocolo: 50393

NOTIFICAÇÃO

Nº 97/2024/CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCMPA

(Processo nº 1.020001.2024.2.0020)

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no art. 675 do RITCM e na Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA, o Sr. Antônio Augusto Figueiredo Athar, atual Prefeito do Município de Cachoeira do Arari para, no prazo de 15 (quinze) dias:

- Encaminhar o ato normativo de fixação de subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, para o período de 2025 a 2028, caso existente, em conjunto com os documentos previstos no art. 29 da Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA;
- Se for o caso de existência de ato normativo já sancionado, manifestar-se sobre a inobservância do prazo de remessa do ato, o qual se encerrou em 5/11/2024, nos termos do art. 28 da Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA, considerando que o prazo limite para aprovação e publicação do ato foi em 5/10/2024, conforme art. 7º da Instrução Normativa nº 02/2022/TCM-PA.

Ressalta-se que em 06/06/2024 foi emitido ALERTA pela Câmara Especial de Julgamento, divulgado no Diário Eletrônico deste Tribunal de Contas (DOE TCM-PA nº 1.725), o qual tratou dos prazos para exercício da competência legislativa de fixação dos subsídios para legislatura 2025 a 2028 e remessa eletrônica a este Tribunal.

O não atendimento desta notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art 33 e art. 71, I da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância da Instrução Normativa n. 02/2022/TCMPA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O prazo de resposta é contado a partir da última publicação, nos termos do art. 415, IV do RITCPA e art. 3º da IN nº 03/201//TCMPA.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 21 de novembro de 2024.

JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA

Conselheiro Substituto/Relator

Protocolo: 50398



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

NOTIFICAÇÃO**Nº 99/2024/CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCMPA****(Processo n. 1.025001.2024.2.0011)**

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no art. 675 do RITCM e na Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA, o Sr. José Ribamar Sousa da Silva, atual Prefeito do Município de Chaves para, no prazo de 15 (quinze) dias:

- Encaminhar o ato normativo de fixação de subsídio do Prefeito, Vice-prefeito e Secretários, para o período de 2025 a 2028, caso existente, em conjunto com os documentos previstos no art. 29 da Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA;
- Se for o caso de existência de ato normativo já sancionado, manifestar-se sobre a inobservância do prazo de remessa do ato, o qual se encerrou em 5/11/2024, nos termos do art. 28 da Instrução Normativa n. 02/2022/TCM-PA, considerando que o prazo limite para aprovação e publicação do ato foi em 5/10/2024, conforme art. 7º da Instrução Normativa nº 02/2022/TCM-PA.

Ressalta-se que em 06/06/2024 foi emitido ALERTA pela Câmara Especial de Julgamento, divulgado no Diário Eletrônico deste Tribunal de Contas (DOE TCM-PA nº 1.725), o qual tratou dos prazos para exercício da competência legislativa de fixação dos subsídios para legislatura 2025 a 2028 e remessa eletrônica a este Tribunal.

O não atendimento desta notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art 33 e art. 71, I da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância da Instrução Normativa n. 02/2022/TCMPA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O prazo de resposta é contado a partir da última publicação, nos termos do art. 415, IV do RITCM-PA e art. 3º da IN nº 03/2019/TCMPA.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 21 de novembro de 2024.

JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA

Conselheiro Substituto/Relator

Protocolo: 50401**CONTROLADORIAS DE CONTROLE
EXTERNO – CCE****NOTIFICAÇÃO****3ª CONTROLADORIA****NOTIFICAÇÃO Nº 34/2025/3ª CONTROLADORIA/TCMPA**

A Exma. Conselheira **MARA LÚCIA**, com fundamento nos arts. 93, VIII, 414 e seguintes do Regimento Interno/TCM-PA, bem como nos arts. 1º, XVIII, 32, III, e 33, 34, I, 67 a 67-C e 69, todos da Lei Complementar 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), NOTIFICA o

Sr. Pedro José de Mesquita Neto, CPF nº 756.884.503-63, Secretário Municipal de Educação de Dom Eliseu, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o recebimento da Demanda de Ouvidoria nº 26122024001 (processo nº 1.092224.2024.2.0006);

CONSIDERANDO a Informação Técnica nº 27/2025/3ª CONTROLADORIA/TCMPA;

CONSIDERANDO a competência desta Corte de Contas, especificamente da 3ª Controladoria, para apreciação e julgamento das contas do município de Dom Eliseu no período de 2021/2024.

RESOLVE:

NOTIFICAR o Sr. **Pedro José de Mesquita Neto**, Secretário Municipal de Educação de DOM ELISEU, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência desta, sob pena de multa diária nos termos do art. 693 e seguintes, do Regimento Interno do TCM-PA:

1. Preste informações sobre os termos da demanda de ouvidoria apresentada e da Informação Técnica nº 27/2025/3ª CONTROLADORIA/TCMPA;

2. Apresente outras informações e/ou documentos que julgar necessários.

Belém, 27 de janeiro de 2025.

MARA LÚCIA

Conselheira

Protocolo: 50410**4ª CONTROLADORIA****NOTIFICAÇÃO Nº 005/2025/4ª Controladoria/TCMPA****Publicação: 29/01/2025****Notificação nº 005/2025/4ª Controladoria/TCMPA****(Processo nº 1.087001.2024.2.0053)**

O Exmo. Conselheiro Antonio José Guimarães, com fundamento no art. 414, §2º do Regimento Interno do TCM/PA, em decorrência de análise do Mural de Licitações, NOTIFICA o(a) Senhor(a) MOACIR PIRES DE FARIA, (CPF: XXX.346.930-XX), Prefeito de XINGUARA, no exercício 2024, para no prazo de 08 (oito) dias contados da única publicação realizada no Diário Eletrônico deste TCM/PA, apresentar justificativas às falhas a seguir evidenciadas referente aos Aditamentos ao Contrato nº 031/2022, originário do Pregão Presencial nº 089/2021-PMX:

1. Justificar e comprovar a necessidade de acréscimo das quantidades dos itens aplicados por meio do primeiro termo aditivo, 05 (cinco) meses após a assinatura do contrato, que gerou um acréscimo significativo de R\$ 2.755.238,40, no valor original do mesmo;
2. Encaminhar, de maneira detalhada, os itens do 1º TA que estão sendo utilizados, inclusive encaminhando fotos e relatório da execução do contrato com todos os pontos de iluminação;
3. A não comprovação da legalidade, legitimidade e finalidade pública da despesa, implicará no recolhimento dos valores pagos;
4. Recomendamos que a partir da publicação desta notificação não sejam realizadas mais despesas até que as pendências supracitadas sejam dirimidas, ficando o presente processo sendo

<https://www.tcmpa.tc.br/>

← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

acompanhado por esta Controladoria para análise de regularidade do aditivo contratual e da execução dos serviços.

O não atendimento a notificação, sujeita o Ordenador de Despesas à multa, conforme dispõe o art. 698, II, "b" (ato nº 23/2020) do Regimento Interno deste TCM.

A presente Notificação deve ser respondida por e-mail através do Protocolo Geral (protocolo@tcm.pa.gov.br) deste Tribunal e em resposta à Notificação nº 005/2025 – 4ª Controladoria/TCM (Inf. nº 542/2024 - 4ª Controladoria/TCM).

Belém, 27 de janeiro de 2025

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

Conselheiro/Relator/4ª Controladoria/TCMPA

Protocolo: 50409



**Ouvidoria
TCMPA**

**Conta com a gente para
fazer sua manifestação**

Reclamação
Sugestão
Notícia de irregularidade
Elogio
Solicitação de informação

Ligue 0800 200 2125
ou envie pelo nosso portal
www.tcmpa.tc.br

TU PRECISAS PARTICIPAR
DO NOSSO **Instagram**
E FICAR POR DENTRO DE TODAS
AS NOTÍCIAS E NOVIDADES!

@tcmpara



TCMPA
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ

**MANO E MANA,
NÃO DEIXA DE
PARTICIPAR
DO NOSSO
facebook**

E FICAR POR DENTRO DE
TODAS AS **NOTÍCIAS E
NOVIDADES!**

@tcmpara



TCMPA
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>